



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 075452-5

APELANTE: BANCO PANAMERICANO S/A

APELADO: JAILSON SANTOS MENEZES

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE DA PEÇA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

O termo inicial da contagem do prazo recursal é da publicação da sentença em cartório, considerando que o revel recebe o processo no estado em que se encontra.

Considerando que a sentença foi publicada na secretaria em 31.03.2000 (fls. 40 verso) e a apelação foi protocolada em 05.07.2000, já havia decorrido o prazo recursal, sendo, pois, intempestiva a peça recursal.

DECISÃO: Por unanimidade de votos foi acolhida a preliminar de não conhecimento do recurso, por sua intempestividade, nos termos do voto da turma, daí não se conhecer do recurso.

DATA DO JULGAMENTO: 28 de abril de 2010.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 75.452-5 – São Lourenço da Mata/PE, em que é apelante BANCO PANAMERICANO S/A e, apelado, JAILSON SANTOS MENEZES, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, não conhecer do recurso interposto pela instituição financeira, por sua intempestividade, de acordo com o voto da turma.

Recife, 28 de abril de 2010.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 075452-5
APELANTE: BANCO PANAMERICANO S/A
APELADO: JAILSON SANTOS MENEZES
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

JAILSON SANTOS MENEZES ajuizou a Ação de Consignação em Pagamento em face de BANCO PANAMERICANO S/A, ambos qualificados, alegando que firmou com o banco suplicado, contrato de leasing tendo como objeto um veículo de marca Volkswagen, modelo Kombi, ano de fabricação 1993, cor branca, placa BNH 9684, chassi nº 9BWZZZ23ZPP019440, com o prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Que, ao tentar efetuar o pagamento da parcela do mês de agosto, o Réu se negou a receber a quantia devida, alegando que o suplicante deveria pagar juros e multa contratual à época exorbitante.

Requeru a consignação em juízo dos meses de agosto, setembro e outubro/99, no valor de R\$ 1.407,15.

Através do Termo de Audiência de Tentativa de Conciliação (fls. 34/35), foi verificado que às fls. 30v, o meirinho declara não ter procedido com a citação do banco demandado, em face da pessoa que se encontrava no endereço indicado, ter afirmado que era apenas agenciado, tendo o juiz "a quo" entendido que se tratava de preposto e deu o réu como citado.

A consignação das 03 parcelas em atraso foi providenciada.

O banco réu não respondeu a ação e foi considerado revel.

102
gth

Sobreveio a sentença de fl. 40 que julgou procedente o pedido, condenando o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

O Réu inconformado com a sentença interpôs apelação, alegando que não houve, em momento algum, a citação do demandado, uma vez que não se encontra a instituição financeira estabelecida no endereço indicado na inicial, e nem tampouco em qualquer outra localidade no Estado de Pernambuco, requerendo o provimento do presente recurso com a decretação da nulidade do *decisum* em virtude do cerceamento de defesa da instituição.

O autor/apelado ofereceu suas contra-razões, (fls. 65/66).
É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 08 de abril de 2010.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

w.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 075452-5
APELANTE: BANCO PANAMERICANO S/A
APELADO: JAILSON SANTOS MENEZES
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença proferida em sede de ação de consignação em pagamento, julgando procedente do pedido inicial, diante da decretação da revelia da instituição financeira.

Segundo o magistrado *a quo*, a citação foi efetuada, embora a pessoa que recebeu o mandado no endereço indicado na exordial tenha afirmado que era apenas agenciado pelo banco.

Nas suas razões sustenta o banco apelante que a citação não ocorreu em nenhum momento, acarretando a nulidade processual, posto que não possui filial no Estado de Pernambuco, sendo válido o endereço localizado em São Paulo – SP.

Pede a nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

DECIDO.

O termo inicial da contagem do prazo recursal é da publicação da sentença em cartório, considerando que o revel recebe o processo no estado em que se encontra.

Considerando que a sentença foi publicada na secretaria em 31.03.2000 (fls. 40 verso) e a apelação foi protocolada em 05.07.2000, já havia decorrido o prazo recursal, sendo, pois, intempestiva.

Ante o exposto, em face de sua intempestividade, não conheço do recurso interposto pela instituição financeira.

É como voto.

Recife, 28 de abril de 2010.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 75452-5 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DA MATA

RELATOR DES. ADALBERTO O MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO PANAMERICANO S/A
APELADO: JAILSON SANTOS MENEZES

V O T O D E R E V I S Ã O

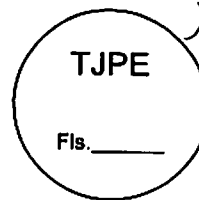
Trata-se de Recurso de Apelação em face de sentença (fls. 40) *julgando procedente* ação de consignação em pagamento de parcelas de contrato de *leasing*, diante da decretação da revelia da instituição financeira ora Apelante. De acordo com o entendimento do MM. Juiz a quo, a citação haveria se perfectibilizado, apesar de declaração da pessoa que recebeu o mandado no endereço indicado na exordial no sentido de ser "*apenas agenciado pelo Banco*".

Em sua peça recursal (fls. 44/57), o Apelante alega a inexistência de citação válida, pois não possui filial no Estado de Pernambuco, sendo o endereço válido aquele localizado em São Paulo-SP, no que requer a nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

Aduz, ainda, que a ação de consignação em pagamento não se presta para quitação de parcelas contratuais, pois a parte adversa sequer teria indicado o porquê da abusividade, impossibilitando a pretensão liberatória do bem objeto do financiamento, diante da sua inadimplência desde agosto de 1999.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Contrarrazões (fls. 65/66), nas quais o Apelado sustenta a validade da citação, pois em todas as correspondências emitidas pelo recorrente constaria o endereço no qual aquela foi realizada, na cidade do Recife.

i) Preliminar de ofício. Intempestividade.

Suscito de ofício preliminar de intempestividade do recurso, pois, havendo sido declarada a revelia do Apelante, o termo a quo para efeito de contagem do prazo é aquele da publicação da sentença em cartório, conforme pacífico entendimento do Col. STJ, senão vejamos:

.....

PROCESSUAL CIVIL. TEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO. ARGUIÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO DA CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL PARA RÉU REVEL. REGISTRO DA SENTENÇA EM CARTÓRIO. EXTEMPORANEIDADE DO APELO RECONHECIDA.

1. A tempestividade é requisito extrínseco de admissibilidade do recurso de apelação e constitui matéria de ordem pública, cognoscível de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição.

2. É assente neste STJ o entendimento de que, nos termos do artigo 322 do Código de Processo Civil, o prazo recursal para o revel corre a partir da publicação da sentença em cartório, independentemente de sua intimação.

3. Registrada a sentença em cartório no dia 23.11.2005, há que reconhecer a extemporaneidade do recurso de Apelação interposto em 9.2.2006, após o decurso do prazo legal de quinze dias.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1027582/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2008, DJe 11/03/2009)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

182
TJPE

Fls. 105

PROCESSUAL CIVIL. REVELIA. PRAZO PARA RECORRER. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM CARTÓRIO. APELAÇÃO TEMPESTIVA.

1. A Corte Especial pacificou o entendimento de que a contagem do prazo para interposição de recurso, para o revel, tem início com a publicação da sua decisão em cartório (ERESP .318.242/SP, Rel. Ministro Franciulli Netto, DJ 27/6/2005).

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RESp 926.155/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 24/03/2009)

.....

Destarte, se a sentença foi publicada em cartório em 31.03.2000 (fls. 40v), e a apelação foi interposta apenas em 05.07.2000, quando há muito escoado o prazo recursal, patente a sua intempestividade.

Isto posto, diante de sua intempestividade, não conheço do recurso.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor